

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO EDUCAÇÃO FÍSICA**

IDA COSTA BRITO

**A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NO AMBIENTE ESCOLAR EM
CENTENÁRIO/TO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS - TO
2019**

IDA COSTA BRITO

A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NO AMBIENTE ESCOLAR EM
CENTENÁRIO/TO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação Física, sob orientação do Professor Doutor Kelber Abrão Ferreira.

MIRACEMA DO TOCANTINS - TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B862e Brito, Ida Costa.

A Educação Física inclusiva no ambiente escolar em Centenário/TO. / Ida Costa Brito. – Miracema, TO, 2019.
43 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Educação Física, 2019.
Orientador: Ruhena Kelber Abrão Ferreira

1. Aluno com deficiência. 2. Inclusão. 3. Educação Física. 4.
Educação inclusiva - Centenário (TO). I. Título

CDD 796

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

IDA COSTA BRITO

A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NO AMBIENTE ESCOLAR EM
CENTENÁRIO/TO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação Física, sob orientação do Professor Doutor Kelber Abrão Ferreira.

Data de aprovação:

Banca examinadora

Prof. Dr. Ruhena Kelber Abrão Ferreira – Orientador – UFT.

Profa. Me. Daniele Bueno Ribeiro Godinho – Avaliadora – UFT.

Prof. Dr. Rodrigo Lema Del Rio Martins - Avaliador – UFT.

Dedico esta monografia a minha família pela paciência e confiança a mim em todo esse processo.

Aos meus amigos e colegas pelo apoio incondicional e por sempre estarem presente.

Aos professores do curso pelo simples fato de estarem disponíveis a ensinar, em especial, ao meu orientador, professor Dr. Kelber Abrão, pela paciência demonstrada no decorrer do trabalho.

Enfim, a todos que de alguma forma tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, que me ouviu nos momentos difíceis, me concedendo sabedoria e forças para chegar onde estou.

Agradeço aos meus queridos e amados pais Alonso e Marcelina, que não somente neste momento estiveram comigo ao meu lado, mas em toda a minha vida, fornecendo o apoio, a compreensão e o estímulo em todos os momentos, e principalmente pelo amor incondicional dedicados até aqui.

A minha querida irmã Claret que acompanhou de perto esse processo, pelas palavras de apoio e incentivo e ajuda com o projeto, pelos momentos de alegria e, principalmente, pela compreensão e paciência. Sei o quanto foi difícil convivermos nesse período.

Ao meu irmão Mateus, que mesmo distante se fez presente por meio das suas palavras de carinho e incentivo.

Aos meus avós por todos os mimos que puderam me oferecer e que eu sei o orgulho imenso que tem de mim.

Aos meus primos Hiago e, em especial, a pequena Yasmin, obrigada pelos momentos de alegria que todos me proporcionaram ao longo dessa trajetória.

Aos meus Tios, Luzineto, Carlizete, pelo apoio de sempre, e por me fazer acreditar que os sonhos são possíveis.

Ao meu amado Ilvan que gosto tanto, mesmo estando há alguns quilômetros de distância me aturou nos momentos em que pensei em desistir sempre me apoiando me dando força necessária para continuar.

Aos meus queridos amigos Marcos Saraiva e Bruno Ferreira, a qual tive o privilégio de conhecer a pouco tempo pela universidade. Obrigada pelas longas conversas, pelo apoio e incentivo que oferecemos uma ao outro, no decorrer do o curso. Obrigado pelo carinho.

Aos meus amigos Leandro, Lucas Coelho, Lucas Glória, Iara, Daniela, Saulo, Otávio, Gheorges, Welma, Amanda Karolina, Cesar e Maria Marta que irão compartilhar comigo esse momento tão especial. Guardarei de vocês o exemplo de amigos guerreiros que mostraram que todos podemos vencer e superar os desafios e obstáculos que se apresentam nos nossos caminhos.

A minha gatinha Gabriela sempre do meu lado em minhas escritas.

As amizades conquistadas no decorrer dessa trajetória; Lilian pelo carinho de sempre pelos auxílios acadêmicos; Webiston, pelo companheirismo que sempre demonstrou mesmo do seu jeito e a todos os demais colegas.

A todos meus professores, do Ensino Fundamental ao Ensino Superior que passaram pela minha trajetória escolar e acadêmica pelo conhecimento compartilhado o meu muito obrigado.

Ao meu orientador, Kelber Abrão que brilhantemente me orientou, obrigada por me ouvir e me fazer acreditar na minha capacidade, pelas as criticas sempre construtivas, pelos elogios que sempre são fonte de estímulo para querer ir além. Com certeza sua contribuição foi fundamental para concretização deste trabalho. Obrigada pelo carinho dedicação e por nunca desistir de mim, te levarei para sempre no meu coração, pois você é um dos seres mais humanos que a UFT pode me apresentar e de um coração muito lindo, obrigada!

A todos os outros professores da minha graduação, que ainda estão contribuindo imensamente no meu processo de formação.

Ao professor de Educação Física de Centenário João Neto sua contribuição foi muito rica para o nosso trabalho, obrigada.

Aos alunos com deficiência que superam seus limites diariamente tanto na escola quanto fora dela.

Meu obrigado a todos que contribuíram direto ou indiretamente, ao longo dessa trajetória.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo conhecer e analisar como ocorre a inclusão dos alunos com deficiência física nas salas de aula e no ambiente escolar em Centenário/TO, tendo o foco principal nas aulas de educação física, suas dificuldades e avanços. Inicialmente, para contextualização da temática, foi realizado um resgate histórico a respeito da importância da legislação sobre Educação Especial e a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas garantindo assim seus direitos em importantes documentos norteadores, Políticas Públicas e leis, isto é, o amparo legal de que todos os alunos com necessidades especiais possuem o direito de serem incluídos nas atividades escolares em todas as disciplinas do currículo escolar. Para concluir, destacamos que a inclusão das pessoas com necessidades especiais e deficiência física na escola pode ser benéfica como forma de adaptação escolar, para aluno com necessidades especiais, com a presença do professor de Educação Física como mediador deste processo.

Palavras chaves: Aluno com deficiência. Inclusão. Educação Física.

ABSTRACT

This monograph aims to know and analyze how the inclusion of students with physical disabilities occurs in classrooms and in the school environment in Centenário / TO, focusing mainly on physical education classes, their difficulties and advances. Initially, to contextualize the theme, a historical rescue was carried out regarding the importance of the legislation on Special Education and the inclusion of students with disabilities in classes, thus guaranteeing their rights in important guiding documents, Public Policies and laws, that is, the legal protection that all students with special needs have the right to be included in school activities in all subjects of the school curriculum. To conclude, we highlight that the inclusion of people with special needs and physical disabilities in school can be beneficial as a form of school adaptation, for students with special needs, with the presence of the Physical Education teacher as a mediator of this process.

Keywords: Disabled student. Inclusion. PE.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.2 Problematização	11
1.3 Objetivos	12
1.3.1 Objetivo geral	12
1.3.2 Objetivo Especifico	12
1.4 justificativa.....	12
2 METODOLOGIA	14
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1 A inclusão no contexto escolar	16
3.2 A Importância da acessibilidade e inclusão de deficientes Físicos nas escolas de Centenário	21
4 INCLUSÃO NAS ESCOLAS DE CENTENÁRIO	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	29
6 CONSIDERAÇÕES	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Nas experiências vivenciadas durante as disciplinas na graduação sobre inclusão no curso de Educação Física, bem como as práticas e experiências em sala, ao longo da trajetória acadêmica, observa-se professores com diferentes posturas no que diz respeito à educação inclusiva na área curricular, principalmente em minha cidade natal, Centenário no Tocantins. É perceptível que há àqueles professores que resistem ao processo de inclusão em sala de aula, muitas vezes por terem temor do desconhecido, do diferente, do insucesso por não ter experiência ou não ser preparado durante seus estudos acadêmicos para desenvolver um trabalho pedagógico com a inclusão (ABRÃO; SOUZA, 2012).

Quando mencionamos inclusão escolar sempre surgem vários questionamentos a respeito do assunto, questões essas que a autora Mantoan (2003) relata em livro *Inclusão Escolar*. De acordo com a autora “É uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças” (2003, p. 19). A educação inclusiva não utiliza práticas de ensino específicas para a deficiência, cada aluno aprende em um limite de tempo, o professor tem que levar em conta os limites de cada sujeito, bem como tentar explorar as possibilidades de cada um.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DNEEEB), o processo educacional escolar é definido por

Uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizadas institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades. (BRASIL, 2001, p. 69).

Diante disto faz-se necessário que os professores adotem práticas pedagógicas que proporcionem uma aprendizagem significativa, estando atento às possibilidades de cada aluno, pois de acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988), e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96 (Brasil 1996), esses documentos de matriz oficial, “Estabelecem que a educação seja um direito de todos e que as pessoas com necessidades especiais devem ter atendimento educacional preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência (BRASIL, 1996, p. 45)”.

Visando assim atender todos os alunos que tenham necessidades, bem como garantir um aprendizado significativo, assim como tentar compreender como acontece a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de educação física foi realizada uma pesquisa bibliográfica para depois entrar na pesquisa de campo.

Nesse sentido, segundo Freire (1996, p. 21) “Não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino”, pois toda pesquisa nos garante de alguma forma uma aprendizagem. Ao se tratar de pessoas com deficiência são vários os caminhos a serem seguidos para compreender as.

Atualmente o grande desafio da educação inclusiva brasileira é a implantação de uma educação de qualidade e com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem que haja qualquer tipo de discriminação ou preconceito e que reconheçam as diferenças nos fatores de risco, contribuindo então, no processo educacional. Mantoan afirma que:

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. (MANTOAN, 2005, p. 21).

Para tanto, buscamos, nesse projeto, analisar como ocorre a inclusão dos alunos com deficiência, nas aulas de Educação Física em Centenário, um município no interior do estado do Tocantins que fica, aproximadamente, 310 km da capital, Palmas.

1.2 Problematização

Esta monografia busca compreender a realidade do ensino regular com a inclusão dos alunos com deficiência e as suas dificuldades no cotidiano escolar. Portanto buscou-se saber sobre: como estão sendo realizadas as aulas de Educação Física para os alunos com deficiência em Centenário/TO?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar como acontece a atuação dos professores de Educação Física da Rede Pública de Ensino junto aos alunos com deficiência na cidade de Centenário/TO

1.3.2 Objetivo Específico

- Verificar se há acessibilidade nas escolas públicas de Centenário/TO;
- Conhecer o desenvolvimento da educação inclusiva nas escolas públicas de Centenário- TO;
- Elencar os limites e as possibilidades dos professores de Educação Física em incluir os alunos com deficiência em suas aulas.

1.4 Justificativa

Desde o início de minha graduação, em 2015, meu olhar, enquanto futura professora de Educação Física, versa questões relativas as deficiências e a inclusão aguçavam o meu olhar enquanto pesquisadora. Logo no primeiro semestre da graduação, na disciplina de Jogos, o professor responsável pela disciplina, um dia, fez uma abordagem envolvendo envelopes pregados em baixo das carteiras contendo em alguns algumas deficiências. Cegueira, surdez, mobilidade reduzida, cadeirante, alguns transtornos e algumas síndromes.

Junto com alunos do curso de pedagogia do nono semestre que realizavam a disciplina de Educação Especial e Inclusiva, pude ter a minha primeira vivência neste universo. Lembro que alguns de meus colegas choraram neste dia, aos quais ficaram desconfortáveis com o tratamento que outros colegas tiveram (o objetivo era, inicialmente, excluir os colegas com deficiências, tentando retratar o que, de forma inconsciente, muitas vezes, fizemos ou ainda fazemos em nossas práticas pedagógicas).

Diante destes argumentos, todas as disciplinas que abordaram de forma direta ou indireta a Educação Especial, bem como a inclusão chamaram minha

atenção. Tal fato me fez pensar no município a qual nasci, Centenário, uma cidade pequena com quase três mil habitantes no interior do estado.

Por ser uma cidade muito pequena, infelizmente há poucos profissionais formados atuando em suas respectivas áreas, quando remetidos à educação especial, educação inclusiva ou atendimento educacional especializado, infelizmente esse número fica ainda menor. Nesse sentido, em minhas vivências, como estudante nesta cidade, nunca consegui perceber essa inclusão nas aulas práticas e teóricas e assim foi algo que me motivou a escrever a respeito desse tema e a aprimorar meus estudos, pois pretendo verificar se nas escolas as quais fui aluna houve mudanças e como esta acontecendo, ou não, a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

Portanto, justifica-se desenvolver esta monografia com o intuito de aprofundar melhor sobre como se encontra a inclusão de alunos com deficiência em uma escola Estadual de uma cidade do interior do Estado do Tocantins.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que foram adotados envolveram a observação dos espaços escolares tais como corredores, banheiros, observações de sala de aula, quadra de esporte, interação no ambiente escolar, pesquisa documental de uma unidade escolar, bem como a pesquisa bibliográfica a respeito do tema abordado. De acordo com Severino:

A pesquisa bibliográfica tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático, data e etc. Dessa técnica resultam repertórios, boletins, catálogos bibliográficos. E é a eles que se deve recorrer quando se visa elaborar a bibliografia especial referente ao tema do trabalho. Fala-se de bibliografia especial porque a escolha das obras deve ser criteriosa, retendo apenas aquelas que interessem especificamente ao assunto tratado. (SEVERINO, 2002, p. 77).

No que tange à pesquisa bibliográfica, foram consultados livros, revistas e artigos em periódicos especializados, bem como a pesquisa empírica, pois refere-se também a um Estudo de Caso, na qual as unidades a serem analisadas foram duas escolas no município de Centenário/TO. Para embasar este primeiro passo da pesquisa bibliográfica nos baseamos em Cervo e Bervian, quando os mesmos mencionam que:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO, BERVIAN, 2002, p. 65).

Desta forma, a pesquisa se realiza mediante um processo no qual se buscam informações para responder questionamentos e cada investigação feita, permite um pensar reflexivo a respeito do assunto que nos intriga e nos motiva a querer aprimorar as práticas docentes.

Para tanto, realizamos observações nas duas escolas do município de Centenário/TO, perfazendo 8 horas de observação em cada unidade escolar, buscando ver se há aluno alunos com deficiências inseridas no contexto escolar,

bem como, se as Unidades Escolares estão adaptadas e se há acessibilidade de alunos com deficiências.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A inclusão no contexto escolar

A Constituição Brasileira garante a todos o acesso à escola, atendendo ao que a lei prescreve, não podendo excluir nenhum aluno em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência de quaisquer outras condições que o discrimine (ABRÃO; SOUZA, 2012).

Pelo o artigo 208, inciso III, a constituição de 1988, é assegurado o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, em todos os níveis de ensino escolar, sendo oferecido de preferência, nas escolas comuns (BRASIL, 1988).

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a escolarização de todos os alunos é da competência da educação comum e a educação especial completa a formação educacional de alguns. Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – (BRASIL, 1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº 8.069/90 no artigo 55, reforça os dispositivos relativos à matrícula obrigatória de alunos na rede regular de ensino como obrigação dos pais ou responsáveis.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (ODEH, 2000).

Contudo, mesmo com a participação restringida, o acesso desses alunos a escola é uma realidade em nosso país. De acordo com o Censo Escolar/MEC/INEP há uma evolução no número de matrículas na última década, fato este evidenciado com a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a qual tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (RIBEIRO,

2003). Segundo as palavras do autor este atendimento educacional especializado é organizado para auxiliar o desempenho dos alunos, sendo obrigatória a oferta dos sistemas de ensino.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações (ABRÃO; SOUZA, 2012).

No entanto, mesmo com uma perspectiva conceitual que aponte para a organização de sistemas educacionais inclusivos, que garanta o acesso de todos os alunos e os apoios necessários para sua participação e aprendizagem, as políticas implementadas pelos sistemas de ensino não alcançaram esse objetivo.

Em 2007, a Secretaria Nacional de Educação Especial – SEESP, do ministério da Educação se posicionou em relação aos problemas que dificultavam a compreensão da educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Em 05/07/2007 um grupo de trabalho foi instituído pelo Senhor Ministro da Educação para rever e sistematizar uma nova política, que desejavam a concretização do direito pleno à educação de todos os cidadãos brasileiros sem discriminação.

Em razão disso, a nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva constitui um marco na educação Inclusiva, no qual os seguintes objetivos devem orientar os sistemas de ensino: A presença transversal da Educação Especial, da Educação Infantil ao Ensino Superior; O Serviço de Atendimento Educacional Especializado – AEE nas escolas comuns, o qual assegura o acesso a continuidade da formação escolar e a participação dos alunos até os níveis mais elevados de ensino; A formação de professores para oferecer a AEE; A acessibilidade urbanística e arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e na informação; A articulação intersetorial das políticas públicas e a participação da família e da comunidade (ABRÃO; SOUZA, 2012).

O diferencial dessa política é a atualidade de suas de suas concepções educacionais e o respeito ao direito indisponível de todos os alunos à educação escolar, como dispõe a Constituição Federal de 1988. O direito ao ensino regular possibilita às crianças com necessidades especiais, o desenvolvimento de funções cognitivas e sociais, que dão resultados significativos. Neste processo de aprendizagem, estão envolvidos, professores e alunos com necessidades educativas especiais (ABRÃO; SOUZA, 2012).

Todas as escolas brasileiras têm a obrigatoriedade de acolher, pois todo brasileiro tem direito a educação. A abertura das escolas para as diferenças é, principalmente, uma decorrência da legislação, com base na mesma, de políticas públicas, implica em uma mudança nos processos de ensino e aprendizagem. É importante que se reflita políticas públicas para professores e alunos, se tratando de educação inclusiva (ABRÃO; SOUZA, 2012).

No que se refere às pessoas com necessidades especiais, infelizmente, nem sempre foi o de aceitação das desigualdades. A partir de 1986 houve a substituição de pessoas portadoras de deficiência, bem como de excepcionais, específica das classes especiais, para pessoas com necessidades educativas especiais. As pessoas com necessidades educativas especiais passam a ser vistas como cidadãos, com direitos e deveres de participação na sociedade, trilhou um caminho que, em uma fase inicial foi eminentemente assistencial, até chegar ao que hoje se denomina de educação inclusiva (ODEH, 2000).

Verifica-se atualmente que tornou-se uma realidade, nas escolas, principalmente as da rede pública de ensino, alunos com deficiência. É importante registrar que isto proporciona grandes benefícios a este grupo da população. Outro fato que vale a pena destacar é que em uma sala de aula, que conforme a Estratégia de Matrícula do Estado do Tocantins, a turma deve possuir até 40 alunos matriculados, porém, onde há de dois à três alunos com necessidades educacionais especiais, a turma ficará com um quantitativo de 23 alunos matriculados e se houver comprovação de laudo médico de múltiplas necessidades, tem direito a um professor auxiliar em sala de aula. De certa forma, isto é um avanço em relação ao passado, quando um aluno com deficiência ficava apenas no fundo da sala de aula isolado ou em algum outro canto da sala (CERQUEIRA, 2017). Ter assegurado uma política afirmativa em nosso Estado, é, sem dúvida, um ganho para a educação de nossa população.

Para tanto, A Educação Especial, segundo as leis do Estado do Tocantins

O Conselho Estadual de Educação do Tocantins, segundo a Resolução nº. 1, de 14 de janeiro de 2010, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do Art. 10 da Lei Federal nº. 9.394, de 20/12/96, resolve:

Art. 1º. O Atendimento Educacional Especializado – AEE, no Sistema Estadual de Ensino, reger-se-á por esta Resolução.

Parágrafo único - Considera-se Atendimento Educacional Especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente. Considera-se público alvo do AEE: alunos com deficiência, aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental e sensorial. Consideram-se recursos de acessibilidade na educação àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo para os alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. (TOCANTINS, 2010, p. 14).

Vejamos o que assegura este documento:

O projeto pedagógico da escola de Ensino Regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização: sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; além de professores para o exercício da docência do AEE, outros profissionais da educação, como: tradutor/intérprete, instrutor de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros.

No Art.13, diz: “São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado”:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

V – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, utilizando estratégias que promovam a participação dos alunos em todas as atividades escolares. (TOCANTINS, 2010, p. 15).

Nesse sentido, para que de fato o processo de inclusão de concretize, é necessário que o corpo docente este preparado para lidar com esse tipo de alunado, no qual cada sujeito é único nas suas particularidades. Na Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDBEN), de 1996, mais especificamente o artigo 59, inciso III menciona que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”

(BRASIL 1996, p. 44). Porém, infelizmente, muitas vezes, isso não é verificado, conforme afirma Bueno, quando menciona que:

De um lado, os professores do ensino regular não possuem nenhum preparo pedagógico para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem. (BUENO, 1999, p. 56).

No entanto, ainda que a inclusão de alunos com necessidades educacionais seja garantida pela legislação brasileira, na escola regular, sua efetivação ainda não é uma realidade concreta devido à falta instrução que todos professores aos quais deveriam ter em sua formação inicial, isto é, graduação. Sendo assim, percebe-se, que a inclusão de alunos nas escolas possibilita diversas mudanças, como, por exemplo, na linguagem, na postura do professor, na metodologia de ensino, na forma de avaliar, nas atividades físicas, pois para Silva e Retondo (2008), o aluno precisa ser atendido de forma que possa construir competências dentro de sua especificidade.

Acredita-se, que pensar em inclusão escolar significa levar em consideração uma metodologia de ensino que vise a aprendizagem dando as mesmas possibilidades físicas e teóricas, trabalhando não apenas de forma igualitária, mas colocando em prática principalmente a equidade, como é nitidamente expressa na Legislação brasileira (QUIXABEIRA, et al, 2018).

Em uma análise documental, a respeito dos avanços das políticas públicas sobre pessoas com algum tipo de deficiência observou-se que:

A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas. A literatura clássica e a história do homem refletem esse pensar discriminatório, pois é mais fácil prestar atenção aos impedimentos e às aparências do que aos potenciais e capacidades de tais pessoas. Nos últimos anos, ações isoladas de educadores e de pais têm promovido e implementado a inclusão, nas escolas, de pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial, visando resgatar o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse segmento. (MARTINS, 2012, p. 23).

Historicamente as práticas sociais referentes as pessoas com deficiência sofreram diversas modificações. Com o surgimento da instituição, como por exemplo, as Santas Casas de Misericórdia, gera-se uma segregação, atendimento excludente, pois o público que não se enquadrava dentro de um padrão dito normal aceito pela sociedade ficava isolado nestas instituições, impedido de frequentar, muitas vezes, espaços comuns como, por exemplo, escola ou igreja (JANNUZZI, 2004).

3.2 a importância da acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas escolas

A pessoa com deficiência deve ter direito à igualdade de oportunidades assegurada. De acordo com a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional LDBEN, (BRASIL, 1996) deve começar ainda na escola, a partir do contato com práticas e metodologias que garantam a acessibilidade.

Em outras palavras pode se dizer que é preciso preparo por parte dos educadores e profissionais envolvidos na gestão escolar. Apesar da importância desse tema, muitos lugares ainda não contam com as adaptações necessárias para atender públicos tão diversificados. Nesse sentido, é importante buscar melhorias o quanto antes para que a inclusão escolar se torne uma realidade comum. Conforme a legislação abaixo, acessibilidade é a:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na zona rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, p. 46).

Portanto, devemos fazer com que a escola consiga acolher crianças com algum tipo de deficiência, visando o acesso à educação e minimizando os impactos causados por diferentes condições. Buscando com que essas escolas tenham: Formação de qualidade; Garantia de bem-estar físico e mental; Integração entre alunos, pais e professores; Participação do indivíduo na sociedade; Adequar os espaços da escola; Adotar itens que favoreçam a rotina do aluno; Utilizar equipamentos adaptados para o lazer e esportes; Mudar as formas de abordagem;

Conhecer o estado geral do aluno; Procurar ajuda de diferentes profissionais; Envolver a família na rotina escolar.

Acessibilidade e Inclusão são termos bastante usuais e estão nos argumentos de todos os cidadãos. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), (9050/94), acessibilidade é poder e conseguir utilizar, com segurança e autonomia, as edificações, o espaço, o mobiliário e o equipamento urbano. O acesso ao espaço físico urbano deve refletir o respeito que todo cidadão, deficiente ou não, merece das políticas públicas. Garantir a dignidade humana constitui-se na construção da cidadania.

Sem a possibilidade física de ir e vir, as demais prerrogativas, como educação, saúde, trabalho, são impossíveis de serem exercidas. Cabe a Administração Pública atender as necessidades especiais dessas pessoas, adaptando ruas e logradouros para sua melhor locomoção, eliminando barreiras arquitetônicas, adaptando o seu local de trabalho e/ou estudo, além de melhorar a oferta de serviço de transporte, indispensável na vida cotidiana. E assim podemos dizer que a acessibilidade é a porta de entrada no que se refere inclusão, haja vista que sem acesso aos diversos ambientes, não existe inclusão.

Não existe nada de muito novo em termos de acessibilidade a espaços públicos. Quase todos os países têm legislação e conhecimento sobre a forma como devem ser construídos e adaptados os locais e equipamentos públicos (nomeadamente escolas) de forma a serem acessíveis. A acessibilidade física, a sinalética, a circulação e a segurança podem, hoje, ser facilmente uma realidade se sim, se as suas regras forem cumpridas. (RODRIGUES, 2008, p. 33).

São necessários novos projetos de arquitetura para adequar as escolas, para que possam receber com qualidade os alunos com deficiência física. Por exemplo, projetos que visem rampas, pisos, portas alargadas, sanitários e elevadores adaptados, dentre outros. Deve-se adquirir consciência, de que todas as pessoas são diferentes, bem como suas limitações e suas capacidades de superação.

Pesquisas da Organização Latino-Americana de Saúde revelam que o índice de deficiência no Brasil é maior do que o de outros países de terceiro mundo, sendo as causas de deficiência mais comuns as epidemias, a subnutrição, a falta de saneamento básico, de prevenção, entre outras (MENDONÇA, 2002). Apesar de muito se falar em inclusão social, ainda são poucas as pessoas com deficiência que

usufruem dos benefícios primários, por mais simples que pareça como a aquisição de uma cadeira de rodas, por exemplo, ou acesso ao uso de transporte.

Apesar da Declaração de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação garantir a necessidade de preparação para os trabalhadores da educação, o que ocorre na formação dos docentes está muito distante da prática pedagógica, não capacitando com qualidade esses profissionais para trabalhar com a diversidade (BRASIL, 1994; 1996).

Como desenvolver a Educação Inclusiva dentro de uma realidade social que exclui boa parte população, por questões socioeconômicas e se propõe a incluir alunos com deficiência que, historicamente, foram excluídos do sistema comum regular de ensino? Houve então uma nova concepção, caracterizando-se a atitude de educação e reabilitação como um novo modelo educacional. Entretanto, coexistia ainda a marginalização por parte dos sistemas educacionais que não ofereciam condições adequadas para atender as necessidades desses alunos e atingir a eficiência no âmbito escolar.

Para o Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Especial (2006), é importante demonstrar que a deficiência deve ser considerada como uma diferença que faz parte da diversidade e não pode ser negada, porque “ela interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas”. Segundo a Declaração de Salamanca, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a crianças a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, 1994; 2006).

As leis garantem o direito ao atendimento a pessoas com deficiência, mas percebe-se que as escolas públicas ainda apresentam características de acesso precário. Pode-se observar que a arquitetura não foi projetada para a diversidade, em um contexto inclusivo.

Para tanto, torna-se essencial, inicialmente, conceituar a acessibilidade, esclarecendo sua importância nos dias atuais. No qual acessibilidade é conforme o Decreto nº 5.296/2004, Artº 8º. Inciso I:

Condição para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação

e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, p.45).

Desta forma, com uma sociedade mais participativa que nos encontramos com a acessibilidade, um dos fatores importantes do processo inclusivo, instituindo um desafio a ser superado, pois são muitas as complexidades e barreiras arquitetônicas, ou não, encontradas nas práticas pedagógicas das escolas, sejam elas públicas ou privadas.

Desse modo, parece-se que os professores e outros profissionais vinculados à educação enfrentam o desafio da inclusão no espaço escolar. Fato este que compreendemos que não deveria ser assim, pois essa etapa de adequação à essa nossa realidade já deveria ter sido superada. Nesse sentido salientamos que as escolas devem estar adaptadas às necessidades de todos os alunos que precisam dessas adequações, mesmo que, por vezes, estes sejam a minoria dentro das escolas. Para que ocorra essas adequações, devemos ter nítido o conceito de acessibilidade que conforme Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000,

institui normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Assim a inclusão e a relação escolar dos alunos “refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, a crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola.” (BRASIL, 1994, p. 18).

Em relação ao espaço escolar, pode-se dizer que em meio a inúmeros elementos em que a escola necessita para se ajustar e receber os alunos com deficiência a adequação do meio físico está entre as fundamentais, uma vez que irá possibilitar o acesso de todos ao meio educativo. A diversidade está presente entre todos os alunos matriculados nas instituições de ensino em todo o país, desafiando a sociedade de uma forma geral a um maior empenho com o processo inclusivo (ABRÃO; SOUZA, 2012).

Considera-se que a diversidade presente nas escolas exige compromisso, colaboração e responsabilidade tanto por parte dos professores, quanto da família e de toda a comunidade escolar, contribuindo, desta forma, para um melhor atendimento possível aos alunos com necessidades educativas especiais.

4 INCLUSÃO NAS ESCOLAS DE CENTENÁRIO

Neste capítulo abordamos a inclusão escolar nas redes educacionais de Centenário/TO. O referido Município está situado no interior do estado a 322 km da capital. Segundo o IBGE (Censo 2010), a história do Município é marcada a partir da década de 60, quando Centenário era somente uma fazenda em consequência da quantidade de famílias lá existentes, alguns moradores começaram a reivindicar melhorias para um futuro povoado.

Dessa forma, a fazenda passa ser um povoado por muitos anos e só conquista sua emancipação política em fevereiro de 1991, “após o desmembramento do Município de Itacajá/TO, passando assim a ter autonomia política e administrativa” (IBGE, 2010). Atualmente, o município possui 2.566 habitantes, apenas duas Escolas, sendo elas públicas. Uma no âmbito Estadual e a outra no Municipal, bem como uma única Unidade de Saúde.

Sua economia é baseada na atividade agrícola, com o plantio e colheita da agricultura de subsistência. Sem grandes comércios e indústrias a população depende muito do poder público em relação a empregos, sendo inseridos em cargos públicos efetivos e por contratos.

A Rede educacional em Centenário, conta com a atuação de duas escolas públicas uma no âmbito estadual e outra no municipal. Uma destas é a Escola Municipal Gustavo Costa, que foi criada ainda quando o município era um povoado no ano de 1985, e reconhecida no dia 10 de março de 1986 pela Câmara Municipal de Itacajá, então Estado de Goiás, pela Lei nº 021/86 permanecendo até os dias atuais, esta oferece o Ensino Fundamental completo, com as séries do 1º ao 9º ano. Possui 01 diretora licenciada em normal superior com pós-graduação em educação infantil, 06 professores normalistas com pós graduação em áreas variadas, 08 professores normalista que não tem pós graduação, 01 professor de Educação Física licenciado, 02 coordenadoras uma normalista e uma pedagoga com o total de 17 professores, e 305 alunos.

A outra escola do município denominada Colégio Estadual Otoniel Cavalcante de Jesus, foi inaugurada alguns anos depois, com o município já emancipado, em 1994, criado pela Lei 862/96 e denominada pela Lei 671 de 16 de maio de 1994, e a partir de então implantados os cursos do Pré-Escolar até curso Médio Básico, com

uma equipe preocupada em realizar de forma coerente e responsável as atividades escolares.

A Unidade Escolar possui 01 Diretora licenciada em Letras e Pós-Graduada em Coordenação Pedagógica; 08 professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo 03 licenciados em Normal Superior, 01 em Matemática, 01 em Letras, 01 em Ciências, 02 em Pedagogia; 01 Coordenadora Pedagógica, licenciada em Pedagogia; 02 Coordenadores de Programas e Projetos sendo 01 licenciada em Pedagogia e 01 licenciada em Normal Superior, e possui 137 alunos matriculados e o objetivo destas é atender toda a população residente no município incluindo crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Dessa forma, a fim de abordar com total clareza o assunto deste capítulo, existe a necessidade de diferenciar o significado de inclusão e integração. Afirma-se que *“a inclusão diz respeito à aceitação e participação de todos no contexto social e está voltado principalmente às pessoas com deficiências, físicas ou mentais. Para que esse princípio passe a vigorar na sociedade, a escola deve ser a primeira a adotá-lo”* (BRUM, 1999, p. 45).

Já a palavra, ou melhor, o conceito de integração é o processo no qual é permitido que pessoas com deficiências possam participar da escola do jeito que ela está organizada. De forma prática, o sujeito não tem um espaço reservado para ele, este pode ocupar qualquer espaço que queira, pois o mesmo está todo adaptado às suas necessidades.

De acordo com Brun, sobre a inclusão e a sala de aula, o mesmo cita que:

Disposição, boa vontade e determinação para quebrar conceitos antigos são alguns requisitos necessários para os professores tornarem sua classe inclusiva. Na disciplina de educação física, esse princípio traz um grande benefício para todos os alunos, mesmo para os que não têm deficiências. Isso porque a grande parte deles se descobre capaz de praticar atos solidários e cooperativos, aumentando sua tolerância e compreensão em relação aos outros, o que é muito importante, ainda mais na nossa sociedade, altamente competitiva. Deve haver preocupação também com alunos que tenham uma deficiência orgânica e técnica. O número de crianças obesas, exemplificando, é enorme e a segregação nas aulas de educação física se torna evidente se as atividades tiverem um objetivo competitivo, se vencer for mais importante que tudo. É preciso criar nos alunos o gosto pelo trabalho solidário e cooperativo, realizando atividades em que possam demonstrar o conhecimento aprendido em outras aulas ou em outras situações fora da escola e auxiliar seus colegas com ou sem deficiência. (BRUN, [201?, p. 01).

É importante ressaltar que tanto a escola quanto o professor de Educação Física também estejam preparados para receber estes alunos, possuindo um olhar atento às especificidades de cada sujeito, para então, desenvolver a autoestima de cada um destes, ao passo que este possa obter conhecimentos satisfatórios em sala de aula, que o indivíduo participe ativamente das atividades propostas, e, principalmente, não se sinta discriminado, tenha autonomia e sinta-se parte da sala de aula, bem como tenha o domínio de habilidades necessárias para a sua vida estudantil.

Vale observar que o componente curricular Educação Física contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento, sendo esta uma prática de intervenção que tematiza as manifestações da nossa cultura corporal de movimento com uma intenção pedagógica, buscando fundamentar-se em conhecimentos científicos, oferecidos pelas abordagens dos diferentes componentes curriculares (ABRÃO; BAYSDORF, 2014).

No entanto, muito antes de se tornar uma disciplina do currículo escolar, a Educação Física já fazia parte da vida humana como fator essencial para sobrevivência, pois, historicamente, o primata dependia de suas habilidades físicas e motoras para ir em busca de seu alimento por meio da caça e pesca. Para Bracht (1997) o período supracitado denominado de pré-histórico, o homem dependia de algumas capacidades motoras para sobreviver, tais como a velocidade, força e resistência.

Além disso, pelo fato de serem nômades percorriam, isto é, caminhavam por longas distâncias e, de certa forma, deviam, certamente, lutar, correr e saltar (elementos básicos da motricidade) sendo assim, bastante ativos fisicamente. Ainda para o autor, foi na Grécia antiga, a sociedade mais ativa fisicamente, a exemplo da ginástica, (arte do corpo nu), com o intuito de desenvolver corpos saudáveis e preparados para a guerra, ou seja, treinar gladiadores (BRACHT, 1997).

Segundo Bracht (1997), o surgimento da Educação Física, posto ao seu objetivo de construir corpos saudáveis e dóceis que se adaptassem a produção e ao nacionalismo considera que a prática de atividades físicas no âmbito escolar, bem como a constituição da Educação Física, somente teve início nos séculos XVIII e XIX, influenciadas pela medicina e militarismo. Tais influências desenvolveram à Educação Física de uma forma mecanicista, pautada em normas e valores corporais

sem o viés reflexivo. Nesse sentido, considera que a atividade física – da forma como conhecemos hoje (jogos, danças, ginásticas, lutas, esportes) surge no início do século XIX na Europa.

5 RESULTADO E DISCUSSÕES

Na pesquisa de campo feita em novembro de 2018 observou-se nas aulas de Educação Física em Centenário na escola estadual, que não existe professor de Educação Física formado para receber tantos alunos com deficiência quanto sem, e há poucos espaços adaptados para receber esses alunos são poucos.

Já na escola municipal existem mais espaços, e, atualmente, há um único profissional graduado em educação física. Sendo para este profissional é um desafio. Durante as observações pude notar que as dificuldades são grandes, mas que o profissional busca, da melhor maneira possível, adaptar as aulas para esses alunos, além de procurar inclui-los para que não se sintam excluídos no processo educacional, pois apesar de ser formado há 11 anos, cada aula ministrada é um desafio frente ao processo educacional.

Neste sentido, acreditamos que apesar da escola estadual não está preparada para receber esses alunos, a escola municipal pensa no processo de inclusão escolar, levando em consideração uma metodologia de ensino que vise a aprendizagem dando as mesmas possibilidades físicas e teóricas, trabalhando de uma forma igualitária para todos que estejam matriculados na unidade.

É fundamental enfatizarmos as possíveis mudanças necessárias que devem ocorrer na estrutura física e nos recursos pedagógicos das escolas estadual e municipal de Centenário no interior do Estado do Tocantins que atende alunos com deficiência física destacando a acessibilidade do espaço escolar como facilitador ao acesso de um aluno com deficiência com múltiplas dificuldades de ensino e aprendizagem.

Ressalta-se que dentro da legalidade, existe a Lei nº 10.098/00 (BRASIL, 2000), enfatizando que todas as escolas devem promover espaço acessível, adequando os espaços que atendam à diversidade humana e eliminando as barreiras arquitetônicas. Igualmente foi promulgado o Decreto nº 5.296/04 que institui normas gerais e critérios básicos para o acesso da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Neste sentido, acredita-se que uma das Unidades Escolares em estudo, tem procurado contribuir para que o aluno com deficiência possua o acesso aos departamentos, deixando nítido o posicionamento das escolas quanto o direito à

acessibilidade deste aluno. Para tanto, conforme as fotos abaixo podemos analisar as escolas:

Fotografia 1: Entrada da escola estadual



Fonte: Diário de Campo, novembro de 2018.

Tendo por base a imagem a cima, notamos que não há rampas de acesso para cadeirantes no pátio da escola estadual em Centenário. Batista e Mantoan (2007) abordam que é preciso que as escolas fiquem preparadas para receber todos os alunos. A escola tem que adotar e produzir excelentes práticas, modificar seu entendimento, analisar sua função, para que cada um venha respeitar as diferenças.

E para que possa acontecer de fato uma inclusão de qualidade, é necessário um ambiente adequado para o aluno com deficiência. Segundo Schirmer et al (2007, p.106) a acessibilidade espacial significa

Poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Para um aluno ir até sua escola, situada no centro da cidade, é possível chegar através de automóvel, de ônibus ou a pé. No caso de um cadeirante, o percurso deve ser acessível (com rampas nos passeios e na entrada do edifício, dimensões adequadas, travessias seguras, etc.). (SCHIRMER; et al 2007, p.106).

Nesse sentido, a entrada da escola estadual não possui uma rampa de acesso permitindo que cadeirantes, ou pessoas como mobilidade reduzida dos membros inferiores adentrar no ambiente escolar sem precisar do auxílio de uma pessoa. Em seguida, ainda analisando os espaços da unidade escolar, podemos verificar conforme a foto abaixo que não a espaços adaptados.

Fotografia 2: banheiros da escola estadual



Fonte: Diário de Campo, novembro de 2018.

A conquista da autonomia é importante para o desenvolvimento físico e psicológico das pessoas com deficiência e traz benefícios como o aperfeiçoamento das habilidades pessoais, sociais e profissionais, além da melhora da autoestima (ABRÃO & DUARTE, 2017). Desta forma, tendo por base a imagem acima, no banheiro escola estadual há espaço adaptado para uma pessoa em cadeira de rodas entrar, porém não existe barra ferro para apoio/acesso ao vaso sanitário.

Fotografia 3: sala de aula da escola estadual



Fonte: Diário de Campo, novembro de 2018.

A imagem acima é de uma das salas de aula do colégio estadual, e, a partir das observações, é importante o professor descobrir algo inovador que poderá transformar sua prática na sala de aula. Para que isso aconteça é preciso procurar

avaliar as concepções que são desenvolvidas com alunos com deficiência e os conteúdos que ainda serão desenvolvidos.

Para Batista e Mantoan (2007) a escola tem que proporcionar categorias e livre-arbítrio para que o aluno com deficiência possa produzir e determinar seu conhecimento no quadro de expediente mental que é disponível, podendo ser agente competente para construir definição e saberes. O Aluno com deficiência física, assim como qualquer outro aluno necessita ampliar a sua capacidade criadora.

Fotografia 4: pátio da escola estadual



Fonte: Diário de Campo, novembro de 2018.

A foto é referente a Quadra Colégio Estadual. No entanto, não existem atividades adaptadas nas aulas de Educação Física para pessoas com deficiência. O professor apenas leciona atividades rítmicas e desportivas somente enfocando as pessoas sem deficiência. Na quadra não há rampas para acesso. E atualmente não estão acontecendo atividades neste espaço pela falta de profissionais.

Percebe-se que a educação inclusiva é essencial para que os estudantes e professores aprendam a dar oportunidades para os alunos com deficiência física e até mesmo qualquer outra deficiência para participarem do processo de ensino e aprendizagem. Eles também devem participar do que estudam, de maneira alguma podem ficar ausente da sua pesquisa, pois com sua participação só tem a contribuir e a enriquecer seu estudo. Em relação à educação inclusiva o aluno é livre para concretizar o seu próprio conteúdo escolar.

Nesse sentido, Batista e Mantoan descrevem que:

Na concepção inclusiva, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha a sua emancipação intelectual. Essa emancipação é consequência do processo de autorregulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 17).

Logo abaixo notamos que na escola municipal a realidade é um pouco diferente.

Fotografia 5: banheiro da escola municipal



Fonte: Diário de Campo, novembro de 2018.

De acordo com a observação feita nestes espaços notamos que os banheiros estão adaptados. Além das portas, que na outra escola não havia, há, também as barras de ferro para apoio aos sanitários. Desta forma, permitindo que os estudantes tenham autonomia em uma atividade rotineira comum a todos.

E a Educação Física, tem como um dos objetivos, incluir e oportunizar a todos os sujeitos, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, como é vista, infelizmente, em grande parte do seus elementos da cultura corporal (GORGATTI; COSTA, 2005).

Para que isso ocorra, da melhor maneira possível, os autores supracitados, destinados a importância de selecionar na Educação Física Adaptada, atividades apropriadas, que desenvolvam as habilidades através de um espaço/ambiente estimulador, bem como encorajador, que prime à auto superação, favorecendo assim, a o processo de ensino aprendizagem.

Fotografia 6: pátio da escola municipal



Fonte: Diário de Campo, novembro de 2018.

Na escola municipal de Centenário, existem rampas de acesso no pátio, e os bebedouros estão de altura adaptada as pessoas em cadeira de rodas. Em uma perspectiva filosófica e ideológica, a inclusão é a crença de que todos têm direito de participar ativamente da sociedade escolar, contribuindo de alguma forma para o seu desenvolvimento, além de ser uma estratégia que aparece para quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos preconceituosos e de professores que apresentam um relato e uma prática claramente descompromissada com o paradigma da inclusão (ABRÃO & DUARTE, 2017).

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva pode ser caracterizada como uma grande utopia por parte dos educadores, das pessoas com deficiência e dos seus familiares, que devem estar todos comprometidos com uma educação de qualidade. No entanto, faz-se necessário que se produzam propostas com efeitos reais no processo de inclusão, que alcancem de forma pragmática o fazer pedagógico com vistas à inclusão. Dessa forma, é possível que mesmo estas propostas utópicas tenham grande potencial de gerar futuras práticas, no sentido de ajudar efetivamente o processo de transformação das instituições educacionais (BRASIL, 2017).

Fotografia 7: pátio da escola municipal – quadra esportiva



Fonte: Diário de Campo, novembro de 2018.

Analisando a fotografia, notamos que há rampas para o pátio, porém uma cadeira de rodas, por exemplo, não chega até a quadra, pois grande parte do trajeto é de areia.

Vale refletir que todos os alunos devem ter uma ampla participação no âmbito educacional. Todas as instituições inclusivas necessitam que todos os funcionários da própria, de modo geral venham contribuir com a participação ativa de alunos com deficiência.

Os professores poderiam fazer o uso da educação inclusiva de forma adequada, para que as atividades aplicadas por ele venham serem atraentes importantes e convenientes para que as crianças com deficiência e sem deficiência venham ter mais interesse pelo conteúdo. O professor não pode promover um ensino variado e nem só para alguns alunos. Ele tem que organizar múltiplas atividades para todos os alunos, sendo eles com deficiência ou não, para executar conteúdos. Nesse sentido Batista e Mantoan ressaltam que:

O professor na perspectiva da educação inclusiva, não ministra um “ensino diversificado” e para alguns. Ele prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 17).

Nesse sentido, a técnica de atuação escolar inclusiva gera auxílio em meio aos alunos e a sua importância de poder lecionar em uma turma é, de fato, atuar com um grande número de alunos e com diversas probabilidades de poder supri-lo. Quando acontece a seção de divisão de uma turma, os alunos com deficiência mental têm a capacidade de juntar com colegas

Batista e Mantoan afirmam que:

A prática escolar inclusiva provoca necessariamente a cooperação entre todos os alunos e o reconhecimento de que ensinar uma turma é, na verdade, trabalhar com um grande grupo e com todas as possibilidades de subdividi-lo. Dessa forma, nas subdivisões de uma turma, os alunos com deficiência mental podem aderir a qualquer grupo de colegas, sem formar um grupo a parte, constituído apenas de alunos com deficiência e/ou problemas na aprendizagem. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 18).

Desta forma, segundo os pensamentos de Batista e Mantoan:

Para conseguir trabalhar dentro de uma proposta educacional inclusiva, o professor comum precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada. Muitas vezes o professor tem idéias novas para colocar em ação em sua sala de aula, mas não é bem recebido pelos colegas e pelos demais membros da escola, devido ao descompasso entre o que esta propondo e o que a escola tem o hábito de fazer para o mesmo fim. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 18-19).

Batista e Mantoan (2007) destacam que o professor que trabalha com crianças com deficiência e sem deficiência pode modificar as atividades em relação à sugestão de preparação de textos, a concretização de pesquisas em livro didático, revista, jornal, redes sociais, interpretação de textos e dentre outras. Portanto, o estudante com deficiência e os estudantes sem deficiência podem sugerir qual a melhor atividade de se realizar e as que mais lhe interessam. A escolha da atividade não poder ser feita somente pelo professor, os alunos também podem dar suas opiniões e preferências. Tem professor que na prática aplica dois tipos de atividades, para alunos sem deficiência a atividade tem um grau mais complexo e para alunos com deficiência é mais fácil, em muitas das vezes acontece de o professor aplicar atividades que não tem nada haver com que foi explicado para a turma.

Batista e Mantoan (2007, p. 18) apontam que: “Modificar essas práticas discriminatórias é um verdadeiro desafio, que implica em inovações na forma de o professor e o aluno avaliarem o processo de ensino e de aprendizagem”. O indivíduo transforma atos que envolvem discriminação que é basicamente uma grande provocação, que dar a entender novidades na maneira do professor e também alunos a analisarem e considerarem a técnica de conhecimento.

Fotografia 8: sala de aula da escola municipal



Fonte: Diário de Campo, novembro de 2018.

Por meio das observações, notamos algumas reformas nas instalações de acessibilidade para atender as dificuldades das diferentes faixas etárias nas escolas de Centenário. Porém não há espaços alternativos para trabalhos diferenciados como dança, lutas ginásticas e atletismo e as demais práticas da cultura corporal do movimento humano.

Podemos observar que os espaços adaptados foram adequados por insistências das leis que obrigam a ter esses espaços. Houve a possibilidade de perceber que muitas adaptações foram realizadas, mas que é preciso, também, que os recursos e serviços adaptados a eles estão garantidos por Lei e as dificuldades deparadas no ambiente escolar não devem ser motivo de exclusão desses alunos.

Com a observação dos espaços, a escola municipal é a que mais disponibiliza espaços para alunos com deficiência, e que tem um profissional de educação física formado, já na escola estadual esses espaços são bastante limitados e atualmente não existe professor de Educação Física e profissionais preparados para receber esses alunos, o que preocupa esta pesquisadora.

A Educação Física, tem como um de seus objetivos, incluir e oportunizar a todos os sujeitos, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, como é vista, infelizmente, em grande parte dos seus elementos da cultura corporal (GORGATTI; COSTA, 2005).

Para que isso ocorra, da melhor maneira possível, os autores supracitados, destinados a importância de selecionar na Educação Física Adaptada, atividades apropriadas, que desenvolvam as habilidades através de um espaço/ambiente

estimulador, bem como encorajador, que prime à auto superação, favorecendo assim, ao processo de ensino aprendizagem.

No que tange ainda sobre escolas inclusivas, Odeh (2000), apontam que como fundamentais características o respeitar, o aceitar e o acreditar na potencialidade de cada aluno com deficiência, não apenas os alunos com deficiência física, mas sim para todos, possibilitando assim uma educação de qualidade e sem preconceitos, no qual o aluno é inserido no contexto escolar de forma significativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, já melhoramos muito no que tange à educação inclusiva e a acessibilidade, bem como a sua aplicabilidade no contexto educacional. Se formos considerar a trajetória do passado com a atual conjuntura, podemos notar que certo tempo atrás, o aluno com deficiência física era afastado da sociedade. O mesmo não recebia um ensino adequado e, tão pouco, participava de eventos escolares ou outros. Nos dias de hoje, o aluno possui um tratamento, algumas vezes, igualitário tanto nas instituições de ensino quanto na vida social, pois os seus direitos são garantidos tanto na LDBEN quanto na Declaração Universal de Direitos Humanos, Direitos da Criança, Declaração de Salamanca dentre outros documentos oficiais.

No decorrer desta pesquisa, pudemos notar a necessidade de perceber que a função do professor de educação física na escola é atender todas as diferenças existentes na escola estando estes preparados ou não. O docente deve estimular a participação do aluno com deficiência nas aulas para que ele desenvolva suas capacidades perceptivas, afetivas, de integração e de inclusão social favorecendo, isto é favorecendo sua autonomia e sua independência.

Acreditamos que pensar a inclusão do deficiente físico signifique considerar um processo de ensino e aprendizagem que busque dar as mesmas oportunidades de vivência, de experiência a todos os alunos, colocando-os em uma mesma condição de aprendizagem. Portanto, é indispensável que haja uma inclusão de verdade, no qual a escola esteja organizada tanto fisicamente quanto em recursos pedagógicos e que aperfeiçoe cidadãos sem preconceitos, tendo ciência que todos possuem direitos e deveres iguais, e são dignos de respeito. A mobilidade pode ser reduzida em vários momentos de nossas vidas, seja pela idade avançada, acidente, uma perna quebrada, pelo cansaço, ou por alguma doença. Nesse sentido, é interessante pensarmos que todos nós estamos sujeitos a não conseguir nos deslocar em determinados momentos da vida.

Para o professor alcançar um bom resultado em meio de uma atuação inclusiva é preciso ter o apoio de toda equipe da escola e profissionais que possam abraçar uma maneira de gestão escolar, sendo totalmente participativa e tendo mais compromisso. Às vezes acontece de o professor ter múltiplas ideias para colocar em prática no âmbito da sala de aula, porém não é aceito pelo outro colega de serviço.

De acordo com as leituras realizadas em relação à deficiência física, nota-se que um dos focos relacionados ao trabalho do professor é o conteúdo e o como trabalhar com esses alunos. Desta forma, conclui-se que o processo de inclusão ainda necessita de maiores conhecimentos e adequações, pois um lugar que haja estrutura, todos conseguem aproveitar, seja criança, jovem ou adulto. A escola é apenas um destes espaços, pois a carência de conhecimento prático para os educadores formados em educação física é grande. A Inclusão escolar de alunos deficientes ainda continua em processo lento de transformação e aceitação pela sociedade, precisando ainda melhorar muito para garantir a qualidade de ensino e aprendizagem que tanto se almeja e fala em nosso país.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, K.; SOUZA, A. A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais em classes regulares de Educação Infantil. **Ciências & Letras**, n. 52, p.93-106, 2012.

ABRÃO, K.; BAYSDORF, G. O Trabalho Docente Do Professor de Educação Física em Escolas com Diferentes Fatores Socioeconômicos e Demográficos: Estratégias e Saberes Construídos. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí Ano 28 nº 91, p27-37, Set./Dez. 2013.

ABRÃO, K.; DURTE, M. O papel da afetividade no processo de ensino e aprendizagem da criança com deficiência. **Revista Uniabeu**, v.10, n24 p. 1-18, 2017.

BRACHT, V. Educação Física: Conhecimento e especificidade. In. SOUSA, E. S. e VAGO, T. M.. (orgs). **Trilhas e Partilhas: Educação Física na Cultura Escolar e nas Práticas Sociais**. Belo Horizonte: 1997.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 3 dez 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. N.º 9.394, de 1996. Disposições Constitucionais, Lei nº 9.424, de 24 de Dezembro de 1996. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Ministério da Educação, 1990

BRASIL. **Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (nº 13.146/2015 BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC, 1994

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2019

BRUN, Gilson. A Educação Física sem Distinção. Disponível em: http://www.educacional.com.br/educacao_fisica/educadores/educadores01.asp. Acesso em: 21 janeiro. 2019

CENTENÁRIO: **Prefeitura Municipal de Centenário**, 2015.

CERQUEIRA, Marcos Aurelio da Silva. **As dificuldades dos alunos com deficiência física em sala de aula: um estudo de caso no interior do Estado do Tocantins**, 2016. Monografia (Licenciatura para docente de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental) Universidade Federal do Tocantins - Câmpus de Miracema.

CIDADE, R, E, FREITAS, P, S. Educação Física e Inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ano14. Edição especial 2002.

GORGATTI, M. G.; COSTA R. F. **Atividade física adaptada**. São Paulo: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. < Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=172100&search=%7Cpalmas>> Acessado em 01 de março 2019

MANTOAN, M. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. et al. (Org.) **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2007.

MENDONÇA, R.O paradoxo da miséria. **Veja**, São Paulo, nº 1 735, p. 64, 23 de janeiro de 2002.

NOVAK M. F. C. **A importância da acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas escolas**, Irati 2015.

ODEH, M. O atendimento educacional para crianças com deficiências no hemisfério sul e a integração não-planejada: implicações para as propostas de integração escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Faculdade de Filosofia e Ciências, v. 6, p. 27-42. Marília: UNESP, 2000.

QUIXABEIRA, Alderise Pereira; et al. A inclusão de crianças com deficiência física na educação física escolar. **Multidebates**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 270-281, out. 2018. ISSN 2594-4568. Disponível em: <<http://www.faculdadeitop.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/1110>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

REBELO, F. Contribuições da ergonomia no desenvolvimento de um sistema para apoio à colocação ou recolocação profissional de pessoas com deficiência. In: OMOTE, Sadão. **Inclusão intenção e realidade**. Marília: 2004

RIBEIRO, M. L. S. R. Perspectivas da Escola Inclusiva: Algumas Reflexões. In: RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C. (Orgs.). **Educação Especial: Do Querer ao Fazer**. Avercamp: São Paulo, 2003. p. 41-51.

RODRIGUES, David. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. Artigo. 2008. Disponível na revista Inclusão: **Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. V. 1, nº 1. Out/2005. Brasília.

STRAPASSON, A. **Apostila de Educação Física para Pessoas com Deficiência**, da Faculdade de Pato Branco. Pato Branco, PR: FADEP, 2007.

TOCANTINS, Governo do Estado – Secretaria de Educação e Cultura - Conselho Estadual de Educação. Resolução nº. 1, de 14 de Janeiro de 2010. **Sobre o Atendimento Educacional Especializado** – AEE, 2010.